A contribuição da Educação para o Progresso Social

Simon Schwartzman

Transcrição da apresentação feita à 402ª Reunião do Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 25 de julho de 2017[1]

Apresentação

Repensando a ideia de progresso

Eu queria começar agradecendo à Fundação Joaquim Nabuco, ao professor Luiz Otávio de Melo Cavalcanti e à professora Fátima Quintas pela oportunidade de estar aqui presente e de conversar com vocês sobre isso. O que eu me propus a trazer para essa discussão foi um trabalho do qual fui um dos coordenadores na parte de educação, um projeto que se chama *International Panel on Social Progress,* a sair como capítulo 19 no relatório final do projeto, "*Rethinking Society for the 21st Century*", e também em português *pela revista Ciência e Trópic*o (Spiel & Schwartzman, 2018a, 2018b). É um projeto muito ambicioso, promovido por uma série de instituições bastante centrais internacionalmente na área das ciências sociais. A ideia geral é que existe hoje em dia uma crise da própria ideia de progresso, com a qual todos nós, pelo menos da minha geração, sempre vivemos. Nós achávamos que nosso país era pobre, com problemas, mas que as coisas iriam melhorar. Bem ou mal, nós presenciamos esse progresso, mas hoje em dia vivemos uma situação em que a ideia do progresso parece meio que desapareceu, vemos crises por todos os lados, não só no Brasil. Vivemos uma crise da qual não se consegue ver muito bem a perspectiva de como sair dela, no Brasil e internacionalmente. A antiga ideia do socialismo real, que muita gente acreditava que era o futuro, se mostrou que não era. A socialdemocracia europeia está em crise, e o capitalismo liberal que também muitos apresentaram como a solução, também não funciona muito bem. Então, para vamos? Como é que a gente repensa isso?

Os organizadores deste projeto tiveram como inspiração o *International Panel on Climate Change*, um grupo de cientistas no mundo inteiro que pensa a questão do clima e trata de mostrar qual é o consenso da comunidade internacional sobre a questão, e buscaram fazer algo análogo em relação aos grandes temas da sociedade. É, como disse, um projeto muito ambicioso, e a não se tem nenhuma

[1] A sair nos Anais do Seminário de Tropicologia de 2017.

certeza que o que esse projeto se propunha a fazer tenha sido cumprido. Formou-se um consórcio muito amplo, várias entidades, incluindo o *International Social Science Council*, instituições como a *Maison des Sciences de l'Homme* na França. O comitê honorário é presidido por Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia, e inclui os economistas Kenneth Arrow e James Heckman, ambos Prêmio Nobel, os sociólogos Manuel Castells, e Edgar Morin, enfim, outros nomes importantes. Depois existe um comitê executivo, do qual participa a cientista política brasileira Elisa Pereira Reis, um amplo comitê científico e 23 grupos de trabalho de cerca de 10 pessoas cada um que elaboraram textos sobre democracia, a pobreza, os riscos globais de mercados, governança pública, cultura do trabalho, violência, saúde, religiões, questões urbanas e outros. As informações detalhadas sobre o projeto estão disponíveis na Internet (https://www.ipsp.org) e os resultados estão publicados em três volumes pela Cambridge University Press.

Eu participei como membro e co-coordenador do grupo responsável pelo capítulo 19, sobre a contribuição da educação para o progresso social; a outra coordenadora foi a professora Christine Spiel, da Universidade de Viena. Durante dois anos tivemos algumas reuniões, muita troca de mensagens, cooperação e debate de opiniões e geramos um capítulo que agora está disponível.

O que é educação, e qual sua contribuição para o progresso social?

O capítulo começa tratando de responder à pergunta sobre "o que é educação?". Nossa resposta é que a educação é o principal instrumento de transmissão da cultura, e a cultura, como sabemos, é a característica mais distintiva, mais específica, mais própria do ser humano. O que distingue o ser humano de outros seres do mundo animal é justamente que nós temos uma cultura que é transmitida de geração a geração. Não é que os animais não tenham alguma cultura, mas nada parecido com a densidade e amplitude da cultura humana, definida pelo antropólogo Edward B. Taylor, no século XIX como "aquele todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, lei, costumes e quaisquer outas capacidades e hábitos".

A educação se dá em duas modalidades, aquela que se dá no dia a dia, na relação das pessoas com a família, com os pares e com a sociedade de maneira mais ampla; e a educação formal que acontece nas instituições de aprendizagem, na escola, a educação formal. O nosso foco foi a educação formal, entendida como os sistemas de organização da sociedade para a transmissão da cultura de maneira mais sistemática, de geração para geração.

Por que a educação é importante para o progresso social? Na nossa discussão, o grupo chegou a quatro aspectos que nos pareceram centrais. Antes, havia a questão do contexto que dedicamos bastante tempo para analisar, cuja característica principal é que a educação formal vem se expandindo extraordinariamente no mundo nas últimas décadas. Ela sempre existiu de alguma

maneira em escolas, seminários, universidades, tem uma história muito antiga, mas o processo de expansão da educação no mundo inteiro nas últimas décadas é extraordinário. Isso dá o contexto da discussão atual, como é que os atuais sistemas educacionais funcionam e que capacidade que eles têm de desempenhar essas quatro funções que consideramos centrais.

Que quatro funções são essas? A primeira denominamos de "função humanística". A educação tem a função de formar as pessoas, em um sentido amplo. Podemos dizer que essa é a função mais antiga da educação. Se você ver qualquer texto de autores mais antigos, desde a educação clássica, a ideia é que você está formando o homem (as mulheres dificilmente participavam), *mens sana in corpore sano*; ensinando música, retórica, arte, ciências, você forma o caráter das pessoas. Este papel mais clássico da educação continua sendo importante. A outra função que geralmente se atribui à educação é do fortalecimento da cultura cívica, a ideia que a educação educa as pessoas para viver em sociedade. Há toda uma discussão de como educação prepara as pessoas para entender e participar do funcionamento da sociedade e do convívio social. A terceira função que, hoje em dia, tem uma predominância muito grande nas discussões e na literatura, é o desenvolvimento econômico. A educação produz capital humano, forma pessoas com capacidade de trabalho, isso aumenta a produtividade e aumenta o bem-estar da sociedade. E a quarta função é a equidade. A educação, em princípio, deveria aumentar a igualdade social. Na medida em que as pessoas têm mais acesso à educação, elas saem da pobreza, têm mais condições de participar de maneira mais igualitária dos benefícios da vida moderna e do crescimento da economia que a própria educação ajuda a desenvolver.

Estas seriam portanto as quatro grandes funções que a educação deve desempenhar, e o texto consiste, primeiro, em mostrar o processo de expansão da educação nas últimas décadas, e depois, a partir das pesquisas disponíveis, avaliar até ponto que essas funções estão sendo cumpridas ou não, quais são as questões e os problemas que existem, e que pode ser feito para que estas funções se cumpram melhor. Uma questão importante nesta discussão é o papel da pedagogia e do currículo escolar, principalmente para a formação inicial. Outro tema importante é o da governança: como é que os governos e a sociedade gerenciam estes enormes sistemas educativos que existem hoje em dia no mundo inteiro. Nesta apresentação, pretendo discutir cada um destes aspectos em mais detalhe, tal como foram discutidos e constam do texto final que preparamos.

A função humanística da educação

Primeiro, vamos tomar a questão da educação e da cultura humanística. O papel central da educação não deve ser simplesmente formar pessoas para o Estado ou para as empresas, nós não queremos somente bons cidadãos, não queremos somente bons produtores, ou pessoas que seguem fielmente uma religião. A educação pode buscar todas estas e outras coisas, mas seu objetivo principal deve ser a formação das pessoas, que precisam se desenvolver para poder cumprir com autonomia essas e outras funções que a consideradas importantes. Seu objetivo não é formar robôs para o mercado de trabalho, mas pessoas que, por serem competentes e motivadas, vão desempenhar esta e outras atividades. É através do currículo, principalmente, que os sistemas educativos tratam de cumprir esta função. No passado, ele se constituía no conjunto de conhecimentos e competências que compunham o *Quadrivium (*aritmética, música, geometria e astronomia*)* e o *Trivium (gramática, retórica e dialética)*. Este currículo clássico se desenvolve depois com o estudo da língua, literatura, filosofia, história e das ciências sociais e naturais que fazem parte do currículo escolar de todos os países.

Mais recentemente, a atenção se volta cada vez mais, não só para o currículo que deveria ser transmitido, mas para aluno que deve recebê-lo como pessoa. Quem é esse aluno? Como é que ele recebe isso? Como vivencia esse processo? Como participa ou não desse processo educativo que é essa transmissão e recriação contínua dos conteúdos?

A função humanística da educação se manifesta também de maneira muito forte nas universidades, que têm uma história, principalmente na Europa Ocidental, de ser instituições portadoras dos ideais iluministas da racionalidade e da liberdade intelectual, a noção de que as pessoas devem ter a liberdade para pensar e não têm que pensar de acordo com dogmas pré-estabelecidos, e, crescentemente e da necessidade de avançar o conhecimento sobre o próprio homem, a natureza e, ainda mais recentemente, sobre sua responsabilidade ambiental.

Assim, a dimensão humanística inclui uma série de questões que têm a ver com valores, com formação das pessoas, que são centrais na educação desenvolvida em todos os contextos. Não são coisas excludentes em relação às demais dimensões. Se a educação cumpre o seu papel central que é o de formação dos estudantes, ela vai formar melhores cidadãos, pessoas economicamente mais produtivas, com melhor formação moral e mais capacidade de participar da sociedade.

Durante o trabalho do grupo, observamos que que tem pouca pesquisa que trabalha especificamente sobre esse tema. O grande volume de pesquisas em educação hoje em se concentra no tema da sua relação com a economia e com o tema da equidade. A função humanística é o tema mais antigo e clássico da educação, mas tem menos presença na pesquisa. Existe muita pesquisa também sobre pedagogia, métodos de aprendizagem, que em parte é uma questão de métodos, mas também tem um forte componente normativo, enfatizando os valores da autonomia dos estudantes e do relacionamento entre atividade intelectual e trabalho, como nas correntes do chamado movimento da "escola nova", que data no Brasil do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* dos anos 30, liderado por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira

A função cívica

A segunda função analisada no capítulo, que é também antiga, mas bem mais recente do que a anterior, é o tema da educação e a cultura cívica. Que papel a desempenha em relação a isso? A referência clássica aqui é Émile Durkheim, principal fundador da sociologia francesa. Durkheim dizia que as sociedades modernas se baseiam na divisão do trabalho, e quando se divide o trabalho, cada um faz uma coisa diferente, surge a questão de o que é que une as pessoas. Nas sociedades antigas todo mundo era semelhante, todos faziam umas mesmas poucas coisas, mas quando a sociedade se torna mais complexa e se diferencia, um produz uma coisa, outro produz outra, um é intelectual, outro é trabalhador. Em um Estado moderno, como é que tudo isto se junta? Para ele, o que juntava seria a educação. A educação seria o cimento da sociedade e, por isso mesmo, deveria ser pública, todos deveriam participar e desta forma estabelecer uma solidariedade que fosse, na linguagem do Durkheim, uma solidariedade orgânica, e não uma solidariedade mecânica, das sociedades tradicionais.

Este entendimento do papel da educação está associado à ideia do Estado nacional, que é também um produto da época moderna. São os estados nacionais que criam a educação pública, frequentemente em conflito com a Igreja, e trazem consigo o tema da educação cívica, que continua presente nos dias de hoje dos estudos sobre os temas da coesão e o capital social. A ideia do capital social é a ideia de que, para uma sociedade e uma economia funcionem, não basta ter capital, investimentos, nem mesmo pessoas competentes – capital humano -, mas deve haver também um elo de confiança entre as pessoas. Se faço uma compra de uma loja, tenho que acreditar que essa loja vai me vender um produto adequado. Se faço um investimento em um país, preciso para isto acreditar que regras dos contratos e as que regem o funcionamento da economia vão ser mantidas. Para que os mercados funcionem, é necessário que eles sejam apoiados em um consenso sobre as regras do jogo, e a suposição de que todos, ou a grande

maioria das pessoas, atuam de boa fé, sem ficar tentando cada um enganar o outro, em uma guerra de todos contra todos.

O conceito de clássico de coesão social tem sido retomado recentemente com muita força na Europa, diante das questões de imigração e dos conflitos étnicos que preocupam o velho continente. Como é que se cria coesão, como é que se faz com que a sociedade se junte, em que me medida a educação pode ou não pode ajudar nesse processo de formação dos valores e do desenvolvimento de uma cultura cívica consensual? A pergunta seguinte é como as escolas podem fazer isto, tratando, por exemplo, de doutrinar os estudantes a respeito de determinados valores.

Todos lembramos, nós que somos um pouquinho mais velhos, da educação moral e cívica da época do regime militar no Brasil. A ideia era que, se você ensinar educação moral e cívica nas escolas, todos nós vamos ser bons cidadãos e brasileiros, no sentido que se entendia naquela época pelo governo militar. Sabemos que nada disso deu certo, não se transmite valores simplesmente dando aulas sobre como é que achamos que tem que ser. O processo é muito mais complexo, e existem muitas pesquisas empíricas que tratam de entender como se formam moralmente as pessoas, e que papel que as escolas podem ou não desempenhar em relação.

O currículo não é tudo, mas é parte importante deste processo. Editei poucos anos atrás um livro sobre educação e coesão social na América Latina, junto com Cristian Cox, um pesquisador chileno, que contém os resultados de uma pesquisa tratando de ver, por exemplo, se a ideia de nação é importante e está presente ou não nos currículos escolares (Schwartznan & Cox, 2009). O que descobriram é que em alguns países, como o México, ela continua importante, mas no Brasil, mais recentemente, a ideia de nação tem sido substituída pela ideia das identidades locais e étnicas, e de grupos específicos como os pobres, indígenas, negros, quilombolas, escravos. Isto reflete uma preocupação muito grande, e justificável, com os temas da injustiça social, mas com isto a ideia de uma identidade nacional fica em segundo plano. É interessante, observar que o currículo escolar brasileiro inclui a obrigatoriedade da sociologia, mas não a obrigatoriedade da ciência política e nem da economia e do direito. As pessoas saem da escola sabendo um pouco sobre os temas da pobreza, da desigualdade e da discriminação social, mas quase nada sobre como funcionam a economia, as instituições, a divisão de poderes, o papel do Congresso, e o que significa uma Constituição. Este predomínio dos temas das desigualdades e das identidades tem certamente a ver com um certo esgotamento dos valores associados ao Estado Nacional. Em um trabalho clássico, José Murilo de Carvalho mostra como, no início do século XX, houve um esforço sistemático de construção de uma série de mitos que pudessem

fortalecer os valores da república e do Estado Nacional (Carvalho, 1990). Tiradentes é representado como igualzinho a Jesus Cristo, generais da Guerra do Paraguai recebem estátuas de heróis, e os livros de história são escritos em uma narrativa que reconstrói o passado como uma epopeia dos brasileiros em luta pela independência nacional.

Tudo isto, que pode ter tido alguma força no passado, acabou caindo no vazio, e foi sendo substituído pelo oposto, uma narrativa centrada nos temas da identidade local, da exploração social e da crítica às instituições passadas e presentes. Esta nova tendência tem sido entendida como uma radicalização política das escolas, provocando um movimento contrário dos defensores da chamada "escola sem partido", que seria na realidade uma escola com os valores do passado.

Indo além dos currículos e das ideologias, como é que a educação pode, efetivamente, desempenhar o papel de fortalecer a cultura cívica e a coesão social? Estudos empíricos mostram que as pessoas mais educadas, independentemente do conteúdo da educação cívica que recebam ou não na escola, têm mais condições de entender e participar das instituições de uma sociedade democrática. Pessoas mais educadas conseguem melhores empregos, têm mais interesse na permanência das instituições, entendem melhor como funciona a sociedade, se envolvem de maneira mais ampla do que as pessoas menos educadas, que tem menos a ganhar de uma sociedade democrática. Este é o tema de um trabalho muito conhecido do cientista político norte-americano Seymour Martin Lipset, dos anos 50, *Political Man*, que mostra como as ideologias totalitárias encontram um terreno fértil para prosperar estre pessoas menos educadas.

A expansão da educação formal nas últimas décadas

Os outros dois grandes temas são a relação da educação com a economia e com a equidade, ambos ligados à questão da expansão das matrículas na educação em todo o mundo nas últimas décadas. O quadro abaixo mostra os principais dados sobre participação na educação nas diversas regiões do mundo.

Taxas brutas de matrícula (*) por nível educacional e região (2014).				
	Pré-escola	**Primária**	**Secundária**	**Terciária**
Países Árabes	27.0	99.8	73.0	28.3
America Latina e Caribe	73.0	10.4	94.1	39.0
África	23.3	99.6	48.3	13.1
Ásia	41.3	196.8	75.5	31.1
Europa	92.4	103.0	109.1	63.6
Oceania	97.7	108.5	101.4	51.9
(*) Comparado com os grupos de idade de cada nível				

Se tomamos a educação primária, na segunda coluna, podemos ver que, praticamente no mundo inteiro, 100% ou mais da população participa da educação primária, que corresponde aos primeiros cinco anos da educação fundamental no Brasil. Por que pode ser mais de 100%? Porque tem gente mais velha ou mais nova do que a idade de referência que é de 7 a 11 anos para este nível. Esses dados são imprecisos porque cada país é um pouco diferente em como organiza seu sistema escolar. A universalização da educação primaria ocorreu em muitos países, como os Estados Unidos e Austrália, que no início do século XX, já tinham praticamente toda a população alfabetizada. Em contraste, no Brasil, em 1950, 50% da população era analfabeta. Ao final dos anos 90, o Brasil finalmente universalizou o acesso à educação primária, seguindo a tendência de todo o mundo.

A educação secundária era até um tempo atrás uma educação muito restrita, e consistia simplesmente na preparação para o ingresso à universidade, e hoje tende a se universalizar. De novo os dados internacionais são imprecisos, porque na maioria dos países existem dois níveis de educação secundária, a inferior, o nosso antigo ginásio, que incorporamos à educação fundamental, e o médio superior, que denominamos de “educação média”. Este nível é divido horizontalmente, na maior parte dos países, entre um segmento mais acadêmico, ou propedêutico, de preparação para os cursos superiores, e um segmento vocacional, voltado para o mercado de trabalho. A educação superior, que no passado não muito remoto se limitava a 1 ou 2% da população dos países, também se massificou, chegando a incorporar mais da metade dos jovens adultos na Europa e Oceania. No Brasil a taxa bruta (comparado com a população de 18 a 24 anos) é de 35%, mas a metade são pessoas mais velhas.

Por que a educação expandiu tanto, o que provocou esse movimento tão grande e importante que faz com que praticamente toda a população hoje em dia passe uma parte importante da sua vida dentro dos sistemas escolares formais?

Historicamente, a educação começou a se expandir primeiro como um efeito da Reforma Protestante, e mais tarde como parte do processo de formação dos Estados nacionais. No passado, a Igreja tinha um papel importante na educação das elites, mas era muito limitada. A língua comum era o Latim, que se mantinha restrita a uma pequena elite sacerdotal A Reforma Protestante, ao defender a ideia de que todas as pessoas deveriam poder ler a Bíblia, que deveria ser traduzida para as línguas locais, contribuiu para que a educação se expandisse, da mesma forma como ocorria na tradição judaica, em que todos os homens (mas não as mulheres) deviam aprender hebraico para ler a Torá, e com isto passaram a utilizar o alfabeto hebraico também para escrever também em suas linguagens locais, como e o ídiche e o ladino.

Mas são os estados nacionais que avançam no sentido da alfabetização universal, ao mesmo tempo em que os dialetos locais iam sendo substituídos por línguas nacionais, consideradas como línguas cultas. Na França, como em outros países, os estados nacionais trazem a ideia de que todos deveriam compartir a mesma linguagem e valorizar os mesmos símbolos nacionais. Os novos estados nacionais criam sistemas abrangentes de escolas públicas, muitas vezes por oposição e outras por acomodação com as escolas da Igreja, aonde se ensinam as línguas cultas e os ensinamentos morais considerados adequados.

O acesso e os resultados da educação sempre foram associados às condições sociais das pessoas. As famílias ricas mandavam seus filhos para escolas exclusivas e para a universidades, aonde se preparavam para as profissões liberais ou para os altos cargos no governo; os pobres no máximo iam para as escolas primárias, ou adquiriam alguma qualificação prática para o mercado de trabalho. Mas, a medida em que o setor público se expande, a população também percebe a importância da educação como meio de acesso às novas oportunidades de trabalho e participação que as sociedades modernas iam criando. Então, se, por um lado, a educação de alguma maneira confirma e reproduz as desigualdades sociais, por outro, e dependendo das circunstâncias, ela funciona também como um importante canal de mobilidade social. Este é um processo muito típico entre imigrantes, que investem muito na educação dos filhos para que eles possam se beneficiar das oportunidades criadas pela modernização do Estado e da Economia.

Este processo se acentua ainda mais com a criação e expansão do *welfare state,* o estado de bem-estar social. O *welfare state* cria todo um novo corpo de instituições, incluído os sistemas de saúde e as redes escolares, e com elas uma nova profissão, a dos professores. E a educação se transforma também em um negócio, assim como a medicina. Há toda uma discussão sobre até que ponto que é ético ou não tratar a educação, e a saúde, ou a assistência jurídica, como mercadorias, serviços a serem comprados. Além de uma questão de princípios, existem questões importantes de regulação, equidade e custos de acesso a estes serviços essenciais, e na maioria dos países o setor público e o setor privado compartem o provimento e regulação destes serviços, de uma forma ou outra. Além dos custos diretos da educação, existe todo um grande mercado de tecnologias, equipamentos, computadores e livros didáticos que vendem serviços tanto para as redes públicas quanto para as privadas.

Os dilemas da expansão educacional

Na medida em que a educação se expande, ela traz uma série de dilemas, alguns dos quais mencionamos no texto. Além dos temas da educação pública e privada, e dos graus de regulação por parte dos governos, está a questão da disputa entre o Estado e a Igreja pelo controle do sistema educativo. Nós tivemos no Brasil um debate importante deste tema nos anos 1960, por ocasião da discussão primeira versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em que a Igreja defendia sua posição em termos do direito à liberdade do ensino e da preponderância da família em relação ao Estado na determinação nos conteúdos a serem ensinados nas escolas. Na verdade, a questão vem de antes, lembrando que nos anos 30, quando Getúlio Vargas resolve criar um Ministério da Educação e começa a expandir educação pública no Brasil, a ideia inicial é que a Igreja iria assumir o controle do sistema escolar, em troca de apoio político ao governo. Este tema, hoje menos em evidência, foi muito importante algumas décadas atrás em países como a França e a Argentina, visto como uma disputa contra ou a favor do estado leigo. Os resultados desta disputa variaram de um país a outro. No caso da França, a educação pública é totalmente laica; já no Canadá, por exemplo, o Estado, além das escolas públicas, também financia a educação católica; na Irlanda, tradicionalmente é a Igreja Católica que faz a educação pública, com financiamento do governo.

Expansão e diferenciação da educação secundária

A educação secundária começa inicialmente como a preparação para a universidade. Esse é o modelo da reforma educacional brasileira de 1942, de Gustavo Capanema. Neste modelo se ensina latim, um pouco de matemática e um pouco de ciência, um pouco de geografia e de

história, começando aos 11 anos, no antigo ginásio, e continuando com o secundário, que se dividia em uma vertente clássica, para os que se preparavam para sobretudo para os cursos de direito, e uma vertente científica, para o que se preparavam sobretudo para os cursos de engenharia e medicina. Para os pobres, haviam algumas escolas de ofício, ou aprendizes, e alguma oferta de cursos técnicos de nível ginasial. Para as mulheres de classe média, além das escolas de educação para o lar, sobretudo religiosas, haviam as escolas normais, que formavam professoras para as escolas primárias.

Em 1971, o governo militar brasileiro instituiu uma reforma que unificou os antigos cursos primário e ginasial na educação de primeiro grau de oito anos, e transformou os antigos cursos colegiais no que seria uma nova educação de segundo grau, ou média, que deveria ter obrigatoriamente um conteúdo de formação profissional.

O objetivo de voltar todo o ensino médio para a formação profissional fracassou, e foi abandonado em 1982. A principal razão é que o acesso ao ensino médio continuava muito restrito, e sua função principal, para os estudantes, suas famílias e as próprias escolas, era a preparação para o ingresso às carreiras universitárias. Com o fim da obrigatoriedade da educação profissional, passou a preponderar, a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases de 1988, o entendimento oposto, ou seja, de que a educação de segundo grau deveria ser de tipo geral, integrada, tornando a educação profissional uma formação facultativa e suplementar.

Este formato, que se apresentava como mais democrático e igualitário, não tomava em conta o fato de que, no Brasil como em todo o mundo, a grande maioria dos jovens entra para o ensino médio se encaminha para a educação universitária, e que a formação enciclopédica atribuída ao ensino médio não tem como se dar, pelo próprio crescimento e diversificação do conhecimento social, científico e tecnológico. Em todo o mundo, a educação média se diversifica, seja em diferentes trajetórias de formação mais acadêmica, de preparação para estudos superiores, seja em trajetórias mais práticas e voltadas mais diretamente para o mercado de trabalho, a educação vocacional.

Educação geral e educação profissional

Como é que se dá isso? Como é que se dá a relação entre educação geral e educação profissional? Como se juntam essas coisas? A solução europeia tradicional é de manter os dois setores separados. No exemplo da Alemanha, que é possivelmente o mais famoso, a formação geral se dá no ginásio, que culmina em um conjunto de provas extremamente exigentes, o

Abitur, que qualifica os estudantes para os cursos universitários, e só atende a uma parcela menor da população estudantil. Os demais são encaminhados para diferentes tipos de escola menos exigentes, de formação prática, e sobretudo para o sistema de aprendizagem, centrado na formação no trabalho, a partir de fortes parecerias entre o setor produtivo e o sistema escolar. E existe também um sistema de ensino pós-secundário que não são as universidades tradicionais, mas os institutos de tecnologia, centros de formação técnica, que podem ser acessados por estudantes que não passaram pela formação acadêmica tradicional, tornando o ensino superior também diferenciado.

Existe em toda parte uma grande discussão sobre os aspectos positivos e negativos desta diferenciação, sobretudo sobre ela aumenta ou reduz a desigualdade social. Uma crítica que se faz ao sistema tradicional alemão é que começa a diferenciar as criança muito cedo, ao redor dos 10 ou 11 anos de idade, e que esta diferenciação tem muito a ver com a origem social dos estudantes, mais do que com suas competências e habilidades, difíceis de serem predeterminadas. Em outros países, na própria Alemanha, a tendência é começar a diferenciação mais tarde, ao redor dos 15 ou 16 anos de idade.

Os Estados Unidos não têm um sistema diferenciado como o europeu, mas um tipo único de escola média, que é a *high school,* que na realidade pode ser muito diferenciada internamente, com muitas possibilidades de escolha pelos alunos. Uma vez terminada a *high school*, que é praticamente universal, a grande maioria dos estudantes se dirige aos *community colleges*, instituições pós-secundárias que oferecem cursos vocacionais de dois anos, enquanto que um segmento menor se dirige aos *colleges* universitários de quatro anos que dão acesso às carreiras profissionais e científicas. Então, é um sistema também muito diferenciado, começando na *high school* e continuando no nível superior.

A expansão da educação superior

A expansão do ensino superior, transformando as antigas universidades de elite em modernos sistemas de educação superior de massas, também traz consigo uma grande diferenciação de tipos de formação e institucionalização. As universidades tradicionais eram muito pequenas, formavam basicamente médicos, advogados e clérigos. Quando elas começam a crescer, passam a incorporar a ciência, ao mesmo tempo em que a demanda por educação superior aumenta, e começam a lidar com estudantes diferentes, com perfis diferentes e necessidades distintas, e passam a ter que lidar o problema complexo de como manter sua autonomia tradicional, de como continuar sendo o lugar da pesquisa, da manutenção das melhores tradições

intelectuais, do desenvolvimento do conhecimento, da liberdade do pensamento e do espírito crítico. Como preservar esta autonomia quando os custos aumentam e os governos começam a dizer, “se estou pagando esse dinheiro todo, preciso dizer para que servem estas instituições, o que estão fazendo com o nosso dinheiro”.

Um exemplo clássico disso é o da Inglaterra. No passado a educação superior na Inglaterra se limitava a umas poucas instituições, como Oxford e Cambridge, universidade milenares, totalmente autônomas, e mais uma ou duas, como o Imperial College, e além disto foi surgindo toda uma rede de institutos técnicos que formavam pessoas com o perfil mais aplicado, mais profissional. As universidades tradicionais tinham um grande patrimônio próprio, e os recursos anuais públicos para a educação superior eram distribuídos por uma comissão de notáveis, o *University Grants Committee*, através do que se poderia chamar de um acordo de cavalheiros. No início dos anos 90 os institutos conquistaram o título de universidades, o número de estudantes no sistema aumentou, e, como consequência, o governo passou a instituir mecanismos de avaliação externa às universidades, e associar os recursos distribuídos ao desempenho. Esta transformação provocou um grande choque nas universidades tradicionais, que viram sua autonomia cerceada pela burocracia governamental.

Este problema passou a existir em praticamente toda a Europa, que vinha de uma tradição de ensino gratuito e livre, em que as universidades decidem o que fazem e os governos dão o dinheiro e não fazem perguntas. Isto colocou a questão que hoje tem sido discutida na Europa em termos de um possível “novo pacto” entre as universidades e a sociedade. Como é que as universidades podem fazer para preservar a sua autonomia, independência, e liberdade, em um contexto de grandes custos e grandes demandas dos governos e da sociedade? A resposta é que elas precisam responder de forma clara e explícita a estas demandas, não podem simplesmente continuar dizendo “me deem o dinheiro e podem acreditar em mim que eu vou fazer tudo que é necessário”. Isto agora precisa ser mostrado com dados, a partir de uma identificação clara de como entendem ser suas diferentes funções, que podem variar de uma instituição a outra, e de como pretendem cumpri-las.

A educação infantil

Um outro tema que está ganhando cada vez mais importância é o da educação infantil. Ela também vem se expandindo rapidamente, impulsionada por dois grandes fatores. O primeiro é a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho. Quando as mulheres se profissionalizam, elas precisam de alguém para tomar conta das crianças, e a escolarização

infantil é uma resposta a isso. O segundo fator, mais recente, são as pesquisas que mostram, cada vez mais claramente, que a educação nos primeiros anos é crucial para o desenvolvimento futuro das pessoas. Estas pesquisas ficaram famosas pelo trabalho do economista James Heckman e seus associados, sintetizando conhecimentos desenvolvidos na biologia, na psicologia evolutiva, nas pesquisas educacionais e nas pesquisas econômicas. O vocabulário de uma criança que chega aos quatro anos em um ambiente estimulante, onde os pais leem livros para os filhos, onde têm contato com letras, onde ouvem uma linguagem mais complexa, pode ser quatro vezes ou cinco vezes maior do que as que não se beneficiaram destes estímulos. Sem isto, elas podem ter muito mais dificuldade em seguir adiante em seus estudos. Heckman argumenta que o investimento na educação inicial é mais produtivo do que nos anos posteriores. Quanto mais cedo se investe na educação de criança, mais produtivo é este investimento, porque se está formando pessoas que vão poder aproveitar melhor das oportunidades educacionais ao longo da vida, vão poder trabalhar melhor, vão se envolver menos com criminalidade, vão ter uma vida mais plena. Tentar compensar esta falta de investimentos iniciais mais tarde, entre os jovens de 15 a18 anos ou mais, é muito mais caro e muito mais difícil, porque a plasticidade mental já não é a mesma, e tanto as competências intelectuais quanto suas limitações já estão em grande parte cristalizadas.

Estes dois objetivos da educação infantil, permitir o trabalho das mulheres e estimular o desenvolvimento intelectual das crianças, no entanto, podem estar em conflito. Nos primeiros anos de vida, o desenvolvimento emocional e intelectual das crianças depende fundamentalmente do bom relacionamento com os pais, e coloca-las em uma creche ou escola para que a mãe possa trabalhar pode significar um custo importante para a criança, principalmente se esta creche ou escola não tiver condições de proporcionar o apoio emocional e o estímulo intelectual que as crianças necessitam. No Brasil, tem havido um processo muito grande da expansão da educação infantil, mas a questão de sua qualidade não está presente. Um dos grandes estímulos para a expansão da educação infantil no país é o FUNDEB, o mecanismo de distribuição dos recursos da educação, que transfere dinheiro para os municípios em função do número de crianças escolarizadas. Como o acesso aos primeiros anos da educação fundamental já é universal, e a população infantil está diminuindo pela queda na taxa de mortalidade, existe um grande estimulo para escolarizar todas as crianças, desde o primeiro ano de idade.

Educação e desenvolvimento econômico

Em cada um dos níveis educacionais, da primeira infância à educação superior e à pós-graduação, existem muitos temas a serem discutidos, pesquisados e a analisados, não só por educadores, mas, cada vez mais, por economistas. Uma pergunta central das pesquisas econômicas nesta área é a do relacionamento entre a educação e a economia, e a ideia central, aqui, é que a educação forma o capital humano, entendido de forma muito mais ampla do que o trabalho, e que, junto com o capital físico e financeiro, são os fatores centrais para o desenvolvimento econômico. A importância da educação para o desenvolvimento é hoje evidente com a explosão do uso das tecnologias avançadas na agricultura, comércio e serviços, que fazem com que se fale de uma nova "economia do conhecimento". Mas este relacionamento é muito anterior e mais amplo, e fica claro quando verificamos que os países mais educados são os mais produtivos e as pessoas mais educadas ganham mais dinheiro, ou seja, os efeitos se dão tanto no nível das pessoas quanto no nível dos países. A importância do capital humano se torna ainda maior nas sociedades atuais porque o dinheiro deixou de ser um recurso escasso, assim como as tecnologias. Se um país tiver capital humano de qualidade, torna-se fácil atrair investimento e comprar as tecnologias disponíveis no mercado internacional. Do ponto de vista macroeconômico, então, investir em educação torna-se mais produtivo do que investir diretamente em atividades industriais ou de serviços.

Quanto e como investir em educação, no entanto, não é trivial, porque nem todo investimento em educação é economicamente produtivo, e a produtividade econômica não pode ser o único critério para definir as prioridades de investimentos públicos em educação. Já observamos que, para Heckman e seus seguidores, o melhor investimento é o que se dá na educação infantil. Houve uma época que o Banco Mundial defendia a tese de que os países pobres não deviam investir em ensino superior, porque sua taxa de retorno era baixa. Esta taxa de retorno é calculada comparando os custos públicos e privados com a educação de uma pessoa com o seu retorno em termos de salários e impostos gerados pelo seu trabalho ao longo da vida. Existem muitos questionamentos a esta metodologia, e o próprio Banco Mundial há muito deixou de utilizar estes cálculos, passando a investir também em educação superior. Mas é uma ideia poderosa, verificar até que ponto a educação é realmente produtiva, e a coisa muito clara é que nem toda a renda das pessoas associada à educação tem a ver com sua produtividade.

Enquanto que os economistas tendem a olhar a educação do ponto de vista do capital humano, muitos sociólogos tendem a privilegiar sua função credencialista, ou seja, de atribuição de uma posição ou "status" social que consegue garantir para si benefícios que derivam do controle que

exercem sobre partes do mercado de trabalho. Estas duas visões opostas da educação, como formadora de capital humano, que pode ser continuamente ampliado, ou como distribuidora de credenciais, que simplesmente reproduz as desigualdades sociais, correspondem na realidade a duas situações que podem ocorrer em diferentes condições, e se referem à ultima das grandes funções que se atribuem à educação, que é a de reduzir a desigualdade social.

Ainda em relação ao ensino superior, um argumento a favor do seu papel na criação de recursos, humanos, além da formação de profissionais altamente qualificados para o mercado de trabalho, é o papel cada vez maior da ciência, da tecnologia e da inovação nas economias modernas, e o papel que os sistemas educacionais têm em relação a isso. Há uma visão, digamos, um pouco tradicional, de que a ciência se desenvolve primeiro nas universidades, o que mais tarde permite o desenvolvimento de aplicações práticas que têm impacto na economia e na vida social. Esta visão unidimensional é hoje contestada por um entendimento bem mais complexo sobre a relação ciência – inovação, em que a produção de novos conhecimentos ocorre também no setor produtivo, assim como em institutos e agências governamentais de pesquisa aplicada, e os sistemas de ensino superior mais bem desenvolvidos são aqueles que desenvolvem mais laços de colaboração com o setor produtivo em seu sentido mais amplo. Não é por acaso que o sistema universitário hoje em dia considerado melhor do mundo é o norte-americano, porque ele é o que consegue fazer essa conexão melhor, as portas entre o sistema produtivo e o sistema produtivo e o sistema educacional são mais abertas, as pessoas transitam entre um setor e outro, o setor privado e o setor público investem na educação, em contraste com o sistema brasileiro, por exemplo, em que todo os critérios de avaliação da pós-graduação e da pesquisa são acadêmicos. Existe toda uma legislação no Brasil que busca estimular e facilitar a criação de pontes entre o sistema universitário e o sistema produtivo, mas os resultados têm sido bastante limitados, em parte pelo insulamento das universidades públicas e o sistema de incentivos estritamente acadêmicos administrado pela CAPES (e existem também problemas do lado do setor produtivo, que não tem incentivos para inovar).

Educação e equidade

O último tema de que trata do documento é o do papel da educação em relação à equidade social. O que se busca aqui é sobretudo a igualdade de oportunidades, ou seja, de que todos tenham as mesmas possibilidades de adquirir educação e se desenvolver independentemente de cor, nacionalidade, religião, gênero, e não necessariamente a igualdade de resultados, que dependem dos esforços e investimentos pessoais de cada um. O problema é que sistemas que oferecem aparentemente as mesmas oportunidades para todos já trazem embutidas

desigualdades anteriores. Se olharmos os dados do Enem aqui no Brasil, que é o Exame Nacional do Ensino Médio, podemos ver que ele tem uma escala de pontos cuja média é 500. Se você quiser entrar em um curso de medicina, precisa ter cerca de 700 pontos na prova, ou mais. Mas quem é que tira 600 ou 700 e tantos no Enem? Olhando os dados, observamos que são filhos de pais com nível universitário que estudaram em uma boa escola particular ou em um excelente instituto federal, dos poucos que existem no país. Se você vier de uma escola pública da rede estadual, a sua média no Enem vai ser cerca de 500 pontos. Com 500 pontos você não entra em nenhuma carreira de maior prestígio, mas somente em alguns cursos de baixo prestígio que não têm muita concorrência. Então, na verdade, por detrás de uma prova nacional que dá oportunidades iguais para todos, existem profundas desigualdades preexistentes que condicionam seus resultados.

Qual é a capacidade que as escolas têm de mudar esta desigualdade de oportunidades que depende da origem social dos estudantes? Um dos problemas é que a educação é um "bem posicional", é como um campeonato de futebol. Quantos campeões você pode ter? Só um por definição, por melhor que sejam todos. A educação é um mecanismo competitivo, e, se todo mundo se aproxima de um mesmo nível, cria-se mais exigências. Antigamente, se você tivesse um título de bacharel, você estaria em uma posição excelente no mercado de trabalho. Hoje em dia, você já não está tão bem assim. Então, é preciso ter um mestrado ou um doutorado. Como já existem muitos doutores, inventou-se um título novo, o "pós-doutorado". Este aumento contínuo das exigências não resulta de que a sociedade demanda cada vez mais conhecimentos e competências. Estas novas exigências são criadas muitas vezes, simplesmente, para que uns possam se diferenciar dos outros. O sistema educativo vai se diferenciando na medida em que muita gente vai entrando, vai criando novos degraus, criando mais dificuldades.

Esta é uma tese de um famoso sociólogo que todos conhecem, Pierre Bourdieu, que tem um livro muito conhecido (Bourdieu & Passeron, 1970) em que argumenta que a principal função da educação é reproduzir as desigualdades sociais preexistentes. Há um trabalho clássico, anterior ao do Bourdieu, que é o *Relatório Coleman* dos Estados Unidos, nos anos 1960 (Coleman, 1966), que faz um estudo sobre a questão das desigualdades na educação americana, centrado muito em cima das desigualdades raciais. Os problemas raciais no Brasil são bem diferentes do americano, porque nunca tivemos barreiras legais para que os negros entrassem nas escolas, embora as barreiras sociais sempre existissem, enquanto que o sistema americano era formalmente segregado. O estudo de Coleman foi feito na época dos grandes movimentos, nos Estados Unidos, para quebrar o sistema de discriminação, e uma ideia da época era que um

bom sistema escolar integrado poderia reduzir as desvantagens iniciais da população negra, produzindo resultados mais igualitários. O que o Relatório Coleman conclui é que as escolas não têm capacidade para fazer isto, que o "fator escola" não consegue eliminar o "fator social" de determinação dos resultados escolares. Em estudos posteriores, Coleman qualificou esta tese, em um estudo sobre escolas católicas, mostrando que em certas condições elas conseguem reduzir as desigualdades de origem, que é o entendimento atual. Agora, uma das coisas que as escolas católicas fazem é que elas selecionam. Se os alunos são selecionados, você tira aquele aluno que se comporta mal e não consegue aprender, se reprova, você vai ter melhor resultado. Um dos fatores que mais explicam um bom resultado na escola é a qualidade dos seus colegas. Mesmo que a escola não seja muito boa, se os alunos vierem de um ambiente familiar mais favorável, isto faz com que alunos que venham de ambientes menos favoráveis também se beneficiem.

Assim, existem duas visões, a das escolas como reprodutoras da desigualdade e a das escolas como promotoras da igualdade. Qual é a resposta correta? Eu diria que nem uma e nem outra. No Brasil, a expansão do sistema educacional se deu através da expansão da sociedade moderna brasileira, incorporando milhões de pessoas ao sistema educativo em poucas décadas, acompanhando o forte processo de mobilidade do campo para a cidade e a ampliação dos serviços públicos e dos benefícios da sociedade de bem estar social, apesar de suas limitações. Isto trouxe mais empregos, mais oportunidades, e a educação ajudou a viabilizar isto, criando mais oportunidades para quem se educava, porque o sistema social também estava abrindo novas oportunidades. Mas a escola não consegue fazer isto sozinha. Se a economia para de produzir novos empregos, se o processo de modernização se interrompe, e as cidades, que antes representavam o futuro, agora começam a decair, então a educação começa a discriminar, a peneirar as pessoas, e a função credencialista passa a preponderar.

Em resumo, então, o papel da educação em ampliar ou reduzir as oportunidades varia, dependendo muito das condições sociais mais amplas. Nos três minutos que me restam, gostaria de mencionar dois exemplos, em um extremo uma boa educação inicial infantil, no outro a política de cotas na educação superior. Eu diria que a educação infantil é o grande fator da equalização. A política de cotas é mais problemática, porque as pessoas já chegam ao ensino superior com grandes diferenças, que as cotas não conseguem compensar. Outros dois temas importantes tratados no texto que não tenho condições de discutir aqui são o da governança e o da pedagogia.

Acesso e qualidade da educação

Em síntese, quais são os fatores que nos permitem avançar para melhorar o papel da educação em relação à equidade, ao progresso social? Aumentar o acesso e a qualidade da educação pré-escolar é bastante central. A questão da qualidade das escolas na educação fundamental e básica é muito importante. Nós temos no Brasil uma situação extremamente complicada, em que o país triplicou seus investimentos por aluno na educação básica nos últimos 15 anos, mas a qualidade se mantém praticamente igual, em nível muito baixo. Existem problemas de currículo, formação de professores, padrões de desempenho, questões de gerência, tudo isto faz com que o sistema não melhore mesmo quando existem mais recursos. No ensino médio, uma parte importante da reforma introduzida no princípio deste ano foi criar uma possibilidade maior de educação profissional neste nível, que ficou muito limitado pelo modelo tradicional do currículo único, que exclui a grande maioria dos estudantes. Se bem implementada, ela deve reduzir o papel de simples credencialismo no ensino médio, e abrir oportunidades para diferentes tipos de formação, mais apropriados a diferentes segmentos da população de estudantes, e para valorizar cursos que efetivamente estão transmitindo o conhecimento e criando competências.

O papel das novas tecnologias

Existem muitas outras questões que discutimos no texto. Qual o papel da internet, dos computadores etc.? Será que isso está revolucionando a educação? Creio que a lição fundamental é a seguinte. No início, se dizia, "vamos colocar um computador na mão de cada criança e vai estar tudo resolvido". Hoje sabemos que isso não funciona, não é assim. Gastou-se muito dinheiro nisso, mas o que sabemos hoje é que, se colocarmos uma boa tecnologia na mão de um bom professor, ele pode fazer um uso muito bom disso, mas se tiver a tecnologia e não tiver o professor, não adianta nada. As pesquisas sobre o uso de novas tecnologias em educação têm avançado muito no entendimento deste tema. Os sistemas escolares estão se transformando, mas o papel do professor, o papel da relação do adulto com a criança, com o jovem, onde ele é o mentor, onde é a pessoa que orienta, a pessoa que encaminha, esse papel continua importante e vai continuar importante no futuro.

Creio que basicamente é isso. Havia muito mais coisas, mas eu creio que o que apresentei dá uma ideia do que a gente pretendeu com esse documento, que está sendo revisto e deverá ser publicado em breve. Muito obrigado!

Respostas aos comentários

A dimensão normativa e empírica dos estudos sobre educação.

Sobre os comentários, gostaria de começar dizendo que esse trabalho que fizemos tenta combinar um lado normativo e um lado empírico. Quer dizer, não estamos dizendo só o que a educação é, mas também o que deveria ser. Ela tem, em princípio, o potencial de ser o que gostaríamos que fosse, mas para isso precisa de investimento, trabalho, todo um esforço. Uma coisa muito importante nesse esforço é entender que a educação não pode ser uma questão só dos educadores. Hoje em dia tem se comentado de uma história curiosa, que um dos nossos grandes economistas do século XX, Celso Furtado, nunca escreveu uma linha sobre a educação, mesmo quando o tema já era amplamente discutido por economistas em todo o mundo. O entendimento dominante, no Brasil, era que a educação era um tema secundário, que ela se desenvolveria e melhoraria continuamente na medida em que a economia melhorasse ou a desigualdade social diminuísse. O que sabemos hoje é que a educação pode contribuir muito para melhorar a economia e reduzir a desigualdade, se não for deixada sozinha, mas não tem como melhorar sem que seja objeto de uma atenção especial por parte de toda a sociedade.

Educação e interesses corporativos

Outro ponto importante é que, na medida em que os sistemas de educação formal crescem, eles desenvolvem também fortes interesses corporativos associados a eles. Os sindicatos dos professores, os donos das universidades privadas, os professores das universidades públicas, todos defendem seus interesses próprios e muitas vezes se opõem a políticas que podem melhorar a educação, mas são percebidas como ameaças a seus interesses. Agora, se a sociedade se envolve mais e todo mundo entende que a educação pode desempenhar um papel de importância, é possível mudar este equilíbrio mais em favor da educação, e menos em favor dos interesses corporativos a ela associados. Mas a educação não pode ocorrer contra os professores, não é possível imaginar que, se a politização dos professores atrapalha, então se poderia resolver o problema trocando os professores por computadores. A experiência internacional mostra que há muitas maneiras de resolver estes dilemas, dando melhores condições de trabalho para os professores, estimulando o bom desempenho e envolvendo outros setores da sociedade nas questões da educação.

Educação e democracia

Sobre o tema da democracia, sabemos que as pessoas mais educadas têm melhor emprego, menor tendência à criminalidade, participam mais da sociedade e do ambiente em que vivem, se envolvem mais. Agora, se o nosso sistema democrático funciona muito mal, e os professores compartem uma visão crítica a respeito, isso também está contribuindo para a democracia. Não é uma contribuição para a manutenção do sistema atual, mas pode ser uma contribuição para um sistema melhor no futuro. Então, educação cívica não significa necessariamente uma educação para a manutenção do status quo.

O papel da educação na redução da desigualdade social, e o tratamento das diferenças culturais

Sobre o tema do efeito da educação na redução da desigualdade social, já vimos que seu papel é limitado, embora ela possa contribuir. Os dados brasileiros sobre a qualidade da educação trabalham com médias, e com isto ignoram as desigualdades que ocorrem dentro das salas de aula, e que são muito grandes. O Francisco Soares, professor da UFMG que foi presidente do INEP, tem escrito muito sobre isto, sugerindo índices que tomem em consideração também a desigualdade do desempenho dos alunos nas escolas.

Um tema relacionado a este é se a educação formal, ao ser orientada para o ensino da norma culta e da cultura das elites intelectuais, contribui para aumentar a desigualdade ou, ao contrário, contribui para dar a todos o acesso à cultura dominante. Me lembro de Mário de Andrade, que, nos anos 20, resolveu revolucionar a maneira como se escrevia a língua portuguesa no Brasil, de forma a torná-la mais próxima à linguagem falada, e afastada da norma culta que vinha de Portugal. Será que com isto ele fez um desserviço ao país? Creio que não, porque ele ajudou a abrir caminho para uma língua culta mais viva, mais próxima da linguagem cotidiana. Ele foi seguido nesta trilha pela literatura nordestina, como Graciliano Ramos e Raquel de Queiroz, entre outros, autores que acabaram por criar uma nova norma culta brasileira, muito mais adequada do que a anterior. Eu acredito que a escola deve ensinar a norma culta, se ensinarmos às crianças a falar e escrever "nós vai", isto vai reforçar a estratificação de linguagens distintas conforme a condição social das pessoas, e aumentar a discriminação. Mas, do ponto de vista pedagógico, é importante reconhecer a linguagem que os alunos trazem à escola, e desenvolver a norma culta a partir dela, e não fingindo que ela não existe, o que acaba muitas vezes fazendo com que a criança não se reconheça no que é ensinado e não aprenda. Para os estudantes de famílias mais educadas, aprender a língua escrita já é como aprender duas línguas, porque a

linguagem escrita e a linguagem falada são coisas distintas. Para uma criança vinda de uma familia menos educada, significa aprender três línguas diferentes. Em termos pedagógicos, pode ser conveniente começar a alfabetização pela linguagem original da criança, da mesma maneira que o ensino da leitura em inglês começa muitas vezes pela escrita fonética. Isto é muito diferente de dizer que devemos valorizar a linguagem inculta em detrimento da linguagem culta, embora possa haver quem pense assim.

Isto abre toda uma outra discussão sobre em que medida a educação deve enfatizar a cultura e os conhecimentos regionais e locais, ao invés de conhecimentos de âmbito nacional ou internacional. É uma discussão que sempre tem dois lados. É muito importante valorizar o local, o pertencimento, a identidade inicial. Mas é preciso conectar esta identidade local com uma visão global, para uma participação plena, tanto quanto possível, no mundo. Um aspecto interessante na nova lei de reforma do ensino médio foi tornar obrigatório o ensino do inglês. Isto foi muito discutido, houve que defendesse dar prioridade ao castelhano, por fazermos parte da América Latina, ou a liberdade de escolher entre o inglês e o francês, como no passado. Mas o inglês hoje em dia é a língua franca, se a pessoa não aprender inglês não participa desse mundo. Você pode não gostar, pode preferir francês, mas não tem jeito. Francês já é hoje em dia uma língua particular, é uma língua limitada. A língua internacional que todo mundo tem que aprender, está nas máquinas, no cinema, nas lojas, na música, é o inglês. Então, você tem que estudar o inglês, que é a maneira de participar do mundo.

A questão das cotas no ensino superior

Sobre a questão das cotas, que mencionei rapidamente, gostaria de acrescentar duas ou três coisas. Primeiro, quando a gente fala em cota, a gente pensa em raça, mas, na verdade o principal critério para as cotas no Brasil tem sido a condição social dos alunos, tendo como indicador se ele frequentou ou não escolas públicas. Não é um bom indicador, porque existem escolas públicas seletivas, mas é um critério razoável. Acredito que existe um lugar para ações afirmativas nas universidades, a preocupação em buscar pessoas que não tiveram condições de se formar quando mais jovens e dar a elas uma oportunidade que não teriam normalmente. Como é que se faz isso? Por exemplo, a Universidade de Campinas tem um sistema em que eles vão às escolas públicas, escolhem os alunos que mais se destacam e dão a eles uma oportunidade de entrar na universidade através de um caminho próprio, com uma atenção especial. Um outro tipo de ação afirmativa, também utilizado em Campinas, tem sido dar aos estudantes necessitados um bônus adicional em sua nota no vestibular. As provas brasileiras de tipo ENEM ou vestibulares fazem um *ranking* muito minucioso das pessoas que na realidade não tem

correspondência real em termos de competência. Tirar 700 ou 710 na prova do ENEM pode determinar quem entra ou não em uma faculdade, mas não garante que um seja melhor do que outro ou tenha mais chances de se sair melhor no curso. Um bônus para estudantes que venham de condições piores compensa a dificuldade que possa haver na preparação para a prova, e não significa necessariamente que se estejam admitindo estudantes menos qualificados. Enfim, creio que há muito espaço para ações afirmativas.

O uso de raça como critério de ações afirmativas

Por outro lado, pessoalmente, sempre fui contra a ideia de usar raça como critério de ação afirmativa. A questão de raça é uma questão cultural, é uma questão de identidade, e isto é importante. Não é que no Brasil – nós estamos aqui na casa de Gilberto Freyre –, que no Brasil não tenha discriminação racial, penso que o Brasil que Freyre descreveu, de uma relação harmoniosa entre as raças apesar da escravidão, está muito distante da realidade. Agora, não se pode lidar com isto trazendo para o Brasil a discussão americana sobre raça, porque é uma história completamente diferente. Creio que deve ser valorizada a questão da identidade negra, sua história e posição na sociedade brasileira. Embora não tenha existido discriminação racial legal no Brasil depois da escravidão, a discriminação real sempre existiu, não tanto nas escolas, talvez, mas certamente no mercado de trabalho e nas relações pessoais, e é importante trabalhar contra isto. Mas não me parece que fazer da raça o critério oficial para a ação afirmativa é o melhor caminho. Neste processo se acaba deixando de lado os que têm a pior condição, que nem chegaram a completar o ensino médio, sejam de qual cor forem. Além disto, força uma dicotomia legal entre brancos e negros que no Brasil nunca existiu desta forma, porque as fronteiras entre as raças no Brasil sempre foram muito fluidas. Uma política de ação afirmativa baseada em critérios sociais envolve automaticamente as pessoas mais pobres, que são em grande parte negras ou mulatas, mas também brancas e de origem indígena.

Uma última observação sobre a questão das cotas é que não basta dar mais acesso a pessoas que vêm de condições menos privilegiadas. O jovem entra para a universidade, mas vai conseguir fazer o curso? Vai conseguir se formar? Vai ter um bom aproveitamento? Os dados mostram que alunos cotistas têm desempenho semelhante aos não cotistas em cursos menos competitivos, mas tendem a se sair pior em cursos mais difíceis; mas não há dados sobre quantos abandonam antes de completar os cursos. Uma maneira de lidar com isto é ter políticas específicas de apoio pedagógico e financeiro a estudantes que entram na universidade em piores condições. Mas existe uma questão mais ampla, que é a necessidade de oferecer cursos superiores com diferentes níveis de complexidade para diferentes setores da população. Em

todos os países que expandiram o ensino superior, existem, ao lado dos cursos universitários tradicionais, cursos mais curtos, pós-secundários, como os cursos tecnológicos de dois ou três anos. No Brasil isto ficou muito limitado e podia se ampliar mais. A Europa está implantando o chamado modelo de Bolonha, que, em resumo, abre a possibilidade para que a maior parte da população entre em cursos superiores básicos de três anos, que podem ser de formação geral ou mais vocacional, mais voltado para o mercado de trabalho. A partir daí há um segundo nível, de um a dois anos, de especialização, correspondente aos mestrados, em que as pessoas adquirem uma formação profissional de nível superior, e, para as carreiras de pesquisa ou mais complexas como de medicina, um terceiro nível de três ou quatro anos, correspondente ao doutorado. No Brasil quase todos os cursos universitários são no formato tradicional de quatro ou cinco anos, mas, na prática, muitos funcionam muito mal e metade dos alunos abandona antes de completar sua educação.

O lugar do ensino superior privado

E aí vem a questão da educação como negócio e o papel do crédito educativo (FIES). É importante lembrar que o sistema de educação superior público no Brasil sempre foi muito fechado, e quem permitiu a expansão da educação foi o setor privado. Hoje em dia 75% da matrícula é do setor privado. No estado de São Paulo, que é o estado mais rico do Brasil, o setor público é mais ou menos 10%. Quer dizer, se não fosse o setor privado abrir a possibilidade de educação de diferentes modalidades, à distância, cursos mais curtos, cursos noturnos, curso mais simples, a educação superior brasileira seria muito mais fechada do que é. O setor público ficou preso à concepção adotada no Brasil nos anos 1960, na reforma universitária de 1968, que foi uma cópia malfeita sistema americano. Em vez de procurarmos copiar o *college* americano, que dá educação para todo mundo, resolvemos copiar Harvard, o seja, o modelo das poucas universidades de pesquisa. E aí é um desastre, ficou um sistema fechado, um sistema absolutamente elitista. O setor privado entrou neste espaço. Agora, o Fies foi uma loucura, um absoluto equívoco de política pública. Resolveram financiar sem limites a educação privada, sem nenhum controle, pagando o preço que as instituições privadas queriam cobrar, sem nenhum mecanismo de ressarcimento e sem verificar se os estudantes teriam condições de pagar, e nenhum mecanismo para cobrança. Então, na verdade, foi um subsídio indiscriminado ao setor privado, que virou um grande negócio, um negócio da China. Grupos de interesse vieram para o Brasil investir, porque a educação superior privada se transformou em um dos negócios mais rentáveis do mundo. Agora estamos pagando o preço.

Então, o problema não é existência do setor privado, mas a falta de política adequada na ação de regulação do governo para com o setor privado. O argumento de se financiar a educação privada com recursos públicos faz sentido, porque seu custo por aluno é muito menor do que o custo *per capita* da educação pública. Em termos de qualidade, a educação pública às vezes é melhor, mas às vezes não é. Mas, para financiar a educação superior privada, é preciso ver quem é que você está financiando, como é que avalia os resultados, como é que mede, como é que evita que aquilo se transforme simplesmente num negócio para ganhar dinheiro. O que houve com o Fies foi uma política de financiamento indiscriminado que gerou uma expansão absolutamente artificial do ensino privado oferecendo cursos de qualquer jeito e de qualquer forma.

A educação inicial

Uma outra questão colocada é como a escola pode lidar com as diferenças de *background* das pessoas, e parte da resposta é proporcionar a todos uma educação inicial de qualidade. A expansão da educação inicial no Brasil não se deu somente para atender a uma necessidade pedagógica, ou para atender à demanda por mais educação das pessoas, mas também para alojar crianças cujas mães precisavam trabalhar, e também porque os municípios, para receber mais dinheiro do FUNDEB, precisavam ter mais crianças matriculadas, e já haviam saturado as vagas da educação fundamental. Então, houve uma série de incentivos para expandir a educação inicial. Mas na educação inicial, principalmente falando de zero a três anos, há um conflito potencial entre o interesse da criança e o interesse dos pais. O interesse dos pais, e sobretudo da mãe que trabalha, é poder ter a criança na creche, mas o interesse da criança é estar com os pais, não é? Do ponto de vista do desenvolvimento da criança, é mais importante estar com os pais em boas condições, até dois, três anos de idade, do que estar numa creche ou escola de má qualidade no meio de outras crianças. Se a escola for muito boa e os pais, por outro lado, não tiverem condições de atender a criança, então é melhor colocar a criança na creche. Mas uma boa alternativa pode ser apoiar os pais para que fiquem com a criança mais tempo. Em vez de a mãe (ou, eventualmente, o pai) trabalhar por um salário mínimo, pode ser melhor receber para ficar em casa cuidando dos filhos. As recomendações internacionais dos países desenvolvidos vão neste sentido, e isto é feito através de licenças maternidade/paternidade de longa duração, tipicamente de um ano. E assim, pelo menos, até o primeiro ano, a criança fica como os pais. Praticamente em nenhum país se pretende escolarizar todas as crianças de zero a três anos de idade, como se pretende no Brasil. Na maioria dos países mais ricos, a educação pública começa nos cinco, seis anos de idade.

A diversificação do ensino médio e a educação profissional

Um outro ponto que foi mencionado várias vezes foi o da diversificação do ensino médio. O tema da diversificação que está na lei do ensino médio aprovada no início desse ano. Existem dois tipos de diferenciação, uma no dentro do currículo tradicional e outra entre o currículo tradicional e a formação técnica, ou profissional. No currículo tradicional, acadêmico, a ideia é que, vez de todo mundo ter que aprender física, matemática, letras e biologia, os jovens possam se concentrar mais na área que tenham mais interesse, e menos nas demais. É assim que ocorre em todo o mundo, no meu tempo havia pelo menos a opção entre o médio clássico e científico. O Brasil acabou com isso não se sabe bem porquê.

A ideia de que o aluno no ensino médio já possa já começar a fazer opções, se preparar, se está indo para uma carreira universitária, faz todo sentido do mundo. A questão mais complicada, que foi muito pouco discutida, é como trazer o ensino profissional para dentro do ensino médio. O modelo vigente até aqui é o seguinte: todo mundo tem que fazer tudo, 13 matérias obrigatórias, e depois, se alguém quiser fazer o ensino técnico, então faz mais mil horas a mais de estudo. Pela nova legislação, deve haver uma parte de formação comum, ocupando cerca de metade do tempo e obrigatória para todos, e depois uma parte diferenciada de aprofundamento, seja acadêmico, seja técnico-profissional.

No sistema antigo, em nome da igualdade de formação para todos, o que se cria é mais desigualdade, porque só um pequeno grupo tem condições de seguir com sucesso e se aproveitar do atual currículo, e os demais ficam sem nada; nem completam o currículo, ou completam sem o mínimo aproveitamento, não vão para universidade e nem adquirem qualificação nenhuma. Em uma sistema diferenciado, a formação técnica pode ser uma alternativa para pessoas que chegaram ao nível médio sem o mínimo de conhecimentos de leitura e matemática, que dificilmente teriam condições de seguir o ensino tradicional e entrar em uma universidade, mas podem adquirir uma competência valorizada no mercado de trabalho, o que dá mais empregabilidade e uma renda de cerca de 30 a 50% maior do que a das pessoas de nível médio sem formação profissional. Ter diploma universitário é melhor, a renda triplica ou mais em relação a quem tem o nível médio, mas só poucos conseguem vencer todos os obstáculos para chegar lá.

Uma questão importante sobre o ensino técnico é que tipo de formação pode ser dada neste nível, com as mudanças que estão ocorrendo na tecnologia e no mercado de trabalho. Uma opção que tem sido proposta é dar mais ênfase às chamadas competências não cognitivas. O

raciocínio é que não adianta formar uma pessoa para profissões que estão acabando, pelo computador e pela automação. O que mais se precisa agora seriam competências como capacidade de relacionamento, autogestão, iniciativa, persistência, características pessoais que são importantes em qualquer tipo de trabalho. O problema é que dificilmente isto pode ser ensinado de forma curricular, não se dá aula de autocontrole, por exemplo, estas coisas se aprendem não como conteúdo, mas como processo, É no processo de aprendizagem que se transmitem valores como perseverança, responsabilidade e participação, valores que o professor tem que trazer consigo e transmitir ao aluno pelo exemplo, como *role model*. Se eu tiver um bom professor, eu vou querer ser igual a ele. E se não tiver um bom professor, ou nenhum bom professor, e está tudo sendo dado ou no computador ou nos livros que tenho que decorar, não vou aprender nada. O papel do professor é fundamental. As bases nacionais curriculares que o Ministério da Educação está produzindo agora vão colocar muita ênfase nas competências não cognitivas. É a mesma coisa que falar interdisciplinaridade, outro tema da moda, não adianta prescrever, é preciso mostrar como se faz, e isto depende de ter um professor bem qualificado.

Formação de professores e a profissão docente

O que nos leva à questão da formação dos professores Creio que aí temos dois problemas, eu diria centrais. Um problema é que a profissão do docente ficou muito desvalorizada, os salários são baixos e para o jovem que entra na profissão docente normalmente esta é uma segunda ou terceira opção, ele não conseguiu fazer outra coisa. As universidades públicas tipicamente não têm interesse em formar profissionais docentes, elas se preocupam em formar pesquisadores e doutores. A maior parte dos professores são formados hoje por instituições do setor privado, em cursos muito ruins e muito precários. A questão da valorização da profissão docente passa por uma questão de remuneração, que é um problema muito difícil de solucionar dadas as limitações dos orçamentos dos estados e municípios, que já estão comprometidos com os salários e aposentadorias de seus funcionários.

Se não se conseguir atrair para a profissão de docentes gente mais qualificada, para quem a atividade docente é a primeira opção, não há muito como resolver este problema. Uma maneira de lidar com isso é pensar que a profissão docente não tem que ser necessariamente uma profissão para a vida, uma ideia que os educadores não gostam muito de ouvir. Mas pensemos em um jovem estudante de engenharia, que quer ser engenheiro, mas, enquanto estiver se formando e se profissionalizando, poderia ser também um excelente professor de matemática do ensino médio. Ele pode ficar fazendo isso durante quatro, cinco anos e depois vai ser um engenheiro, já vai fazer outra coisa. Pensando desta forma, seria possível atrair para a docência

muitos jovens que estão se formando em diferentes níveis e para diferentes profissões, sem passar pelo currículo tradicional do pedagogo ou da licenciatura. Os sindicatos de professores têm horror a dessa ideia, dizem que seria uma competência desleal para com a profissão. Mas penso que é necessário romper esse monopólio da profissão docente.

A educação é importante demais para ficar só na mão dos educadores

E aí voltamos para o que tinha dito no começo, quer dizer, o assunto da educação não pode ficar só na mão dos educadores, porque os educadores vão resistir às inovações necessárias, e temos que buscar novas maneiras de fazer isto. Em parte por causa da pouca valorização e reconhecimento da profissão docente, os cursos de pedagogia são muito carregados de ideologia, de ressentimento. Os estudantes aprendem uma série de teorias sobre a desigualdade da educação, ele vai ler Foucault, Bourdieu e Paulo Freire, mas dificilmente vai aprender como se alfabetiza as crianças, como dar uma boa aula, como fazer com que uma escola funcione bem.

Temos que ampliar a discussão sobre o currículo, sobre a base nacional curricular, sobre a formação de professores. O tema da educação não pode ficar restrito ao universo dos educadores, tem que ser um tema nacional, tem que mobilizar a todos. Acho que basicamente era isso que eu queria responder. Muito obrigado!

Referências

Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1970). *La reproduction; éléments pour une théorie du système d'enseignement*. [Paris]: éditions de Minuit.

Carvalho, J. M. d. (1990). *A formação das almas - o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Coleman, J. S. (1966). *Equality of educational opportunity*. Washington: US. Department of Health, Education, and Welfare.

Schwartznan, S., & Cox, C. (2009). Coesão social e políticas educacionais na América Latina. In S. Schwartzman & C. n. Cox (Eds.), *Políticas Educacionais e Coesão Social – Uma Agenda latino-americana,* (pp. 1-24). Rio de Janeiro, São Paulo: \Elsevier; iFHC, 2009.

Spiel, C., & Schwartzman, S. (2018a). A contribuição da educação para o progresso social. *Ciência & Trópico, 42*(1), 22-88.

Spiel, C., & Schwartzman, S. (2018b). The contribution of education to social progress. In International Panel for Social Progress (Ed.), *Rethinking Society for the 21st Century* (Vol. 3, pp. 751-776): Cambridge University Press.